



FORMAÇÃO PARA A CIDADANIA: A ATUAÇÃO DIALÓGICA DO PROJETO DIREITO AO ALCANCE DE TODOS

**Ana Thereza Pamplona Damacena¹, Bárbara Vitória Da Silva Eugênio Ferreira²,
Sabrina Dávila Garcia Duarte³, Francisca Edineusa Pamplona Damacena⁴.**

Resumo: O projeto “Direito ao Alcance de Todos” é uma iniciativa de extensão que busca entender, expandir e significar os conhecimentos da formação acadêmica em direito nos desafios e contradições da realidade social. Como extensão universitária, o projeto concebe um espaço que almeja mais do que apenas a reprodução do saber. Está aliado ao movimento de “Curricularização da Extensão” (Resolução n.º 07 de 18/12/2018 do MEC), na perspectiva de que fornecer aos estudantes um ensino mais completo, é possibilitar uma formação interdisciplinar e interprofissional que fomenta o senso crítico na interlocução entre diferentes sujeitos, conhecimentos e espaços. Assim, consoante a visão de Paulo Freire em seu livro “Extensão ou comunicação” (1983) entendemos que o diálogo é um eixo fundamental da atividade extensionista, compreendendo a educação como comunicação: não a transferência de saber, mas sim um encontro de sujeitos interlocutores. Dessa forma, este resumo utilizando como metodologia o estudo de caso, se propõe a refletir sobre a ação desenvolvida na Escola de Ensino Médio e Tempo Integral Estado da Bahia. O tema trabalhado foi a relação entre cidadania e preservação do patrimônio público, junto aos alunos representantes de sala e membros do grêmio estudantil. A estrutura dessa atividade foi proposta pela coordenação em virtude das dificuldades que a escola tem com ações de vandalismo e em vislumbre do potencial comunicador das lideranças estudantis. Foi realizada uma roda de conversa com os alunos sobre os desafios da convivência escolar e sobre os horizontes do exercício da cidadania. Na continuidade, dialogou-se sobre as demandas coletivas dos estudantes (por melhorias na estrutura da escola, espaços de convivência, descanso e lazer), o impacto coletivo das ações de depredação e o potencial do protagonismo estudantil. Pensar esse tema na concretude do espaço e na percepção dos alunos que o compartilham todo dia em uma jornada integral de ensino, revela que ações isoladas de degradação podem ser sintomáticas não só de problemas pessoais, mas também conjunturais. O processo de adaptação da escola apresenta desafios vivenciados por toda a comunidade escolar. Por isso mesmo, traduz um panorama em

¹ Estudante voluntária, Universidade Regional do Cariri, Direito, E-mail: thereza.pamplona@urca.br

² Estudante voluntária, Universidade Regional do Cariri, Direito, E-mail: barbara.ferreira@urca.br

³ Estudante Bolsista, Universidade Regional do Cariri, Direito, E-mail: sabrina.garcia@urca.br

⁴ Coordenadora do projeto, Professora da Universidade Regional do Cariri, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Departamento de Direito, Curso de Direito, E-mail: edineusa.pamplona@urca.br



que a educação para a cidadania requer como ponto de partida um engajamento com o espaço público e um processo contínuo de identificação, pertencimento e construção coletiva. Formar cidadãos é fornecer espaços de discussão onde possam expor suas angústias, necessidades e anseios. A capacidade das lideranças entenderem juntos o processo que vivem e expandirem esse debate com seus colegas esboça uma dimensão prática da cidadania: o engajamento na manutenção e transformação do espaço. Nessa perspectiva, a noção do que é público atravessa a possibilidade de participação em sua construção. Assim, pensar, manter, cuidar e transformar é uma responsabilidade social e um exercício formativo para a cidadania.

Palavras-chave: Cidadania. Comunicação. Educação. Espaço público. Extensão.

Agradecimentos: À Pró-Reitoria de Extensão (PROEX) da Universidade Regional do Cariri (URCA); à EEMTI Estado da Bahia e aos seus estudantes que ressoam a esperança crítica de que as pessoas transformam o mundo - por todo seu comprometimento, força, coragem e sonhos.